

Sarney: é inconcebível incerteza sobre safras

Discurso

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"É inconcebível que um país com a população que nós temos, com a importância do Brasil, fique à mercê, cada ano, da safra que tem que colher, sem a certeza de que essa safra pode atender às necessidades do País", desabafou, ontem, o presidente José Sarney, ao apontar as consequências da inexistência de uma política agrícola nacional. Na avaliação do presidente, a realidade brasileira mostra hoje "um país que fica patinando dentro dos seus problemas agrários, sem solução para eles, distanciado da visão histórica que o tira como uma potência agrícola".

Falando de improviso, na solenidade de entrega do documento final do debate nacional sobre abastecimento popular, Sarney prometeu que seu governo, a curto prazo, atacará todas as deficiências da agricultura, possibilitando a formação de estoques estratégicos para regular o abastecimento e o controle dos preços em nível interno. A médio prazo, se comprometeu a ampliar a produção agrícola do País, através de programas de irrigação.

Para o presidente, o País vinha adotando até agora uma política "predatória", voltada exclusivamente para a ampliação da área de agricultura, indiferente às atribuições climáticas, como a seca do Sul do País, que inutilizou dez milhões de toneladas de grãos. "É uma imprevidência. É inconcebível que isso ocorra, pois significa que o País fica à mercê da escassez de alimentos, por falta de estoques internos, que deveria ter para regular a oferta de alimentos", disse Sarney.

Como agravante da situação, segundo o presidente, há o fato de que faz dez anos que a nossa produção de alimentos é a mesma, mantendo-se na faixa de 50 milhões de toneladas de grãos, sendo que, nesse período, a população do País aumentou. Citou, ainda, o aumento do salário real dos trabalhadores como um motivo a mais para mudar esse quadro: "As classes trabalhadoras, ganhando um pouco mais, têm que comprar aquilo de que mais necessitam, que é a parte de alimentação. E a oferta de alimentos se mantém nesse mesmo nível estável, que agrava mais o problema em face das dificuldades cli-

máticas, como ocorreu nos últimos meses".

Na opinião de Sarney, a solução que for adotada tem, realmente, que transformar o Brasil, o que, segundo ele, não pode ser feito através de decretos ou exposições de motivos, mas a partir de uma mudança de mentalidade de todos os brasileiros. O presidente entende que "esta não pode ser uma sociedade na qual exista uma parte elitista que participe das decisões e que se julgue iluminada e uma parte que só faça receber". Dentro dessa perspectiva, citou o Plano Nacional de Reforma Agrária como uma das grandes mudanças já realizadas, referindo-se a ele como "o programa mais ambicioso já concebido, no que diz respeito à busca de reformulação de uma estrutura fundiária".

A solenidade de entrega do documento também serviu para Sarney despedir-se publicamente do ministro da Agricultura, Pedro Simon, dizendo que ele "fez um grande trabalho". Simon, por sua vez, referiu-se apenas aos trabalhos das comunidades de moradores que participaram do debate sobre abastecimento.

Abastecimento, problema grave

Improvisado do presidente José Sarney na solenidade de entrega do documento final do debate nacional sobre abastecimento popular no Palácio do Planalto.

"Eu agradeço a visita e a consideração de receber as conclusões do debate que foi feito, em nível nacional, sobre abastecimento. Esse é um grande e grave problema que o governo tem que enfrentar.

Como ressaltou o senhor ministro Pedro Simon, este país não tem definida até hoje uma política agrícola. E para defini-la, sem dúvida, o governo está buscando um documento que não seja a expressão de uma cúpula tecnocrática, mas que possa realmente refletir um debate, um pensamento de toda a coletividade. Tem sido assim desde o dia em que assumimos o governo: a capacidade de ouvir. O primeiro gesto que tomei, ao assumir a Presidência da República foi reunir pessoas de determinados segmentos da sociedade e com elas recolher subsídios, ponderações, reflexões. As reuniões que travamos na Granja do Torto, no início do governo, tiveram esse sentido. Depois, já com o governo organizado, a orientação dada a todos os ministérios foi no sentido de procurar decidir de acordo com a comunidade. Esse debate, patrocinado pelo Ministério da Agricultura, sobre abastecimento, junta-se ao debate nacional sobre a educação, ao debate nacional sobre os problemas comunitários e às providências objetivas que o governo tem tomado no sentido da participação das classes trabalhadoras, nos diversos conselhos que têm a oportunidade de decidir.

Ainda ontem, com grande satisfação, eu lia um voto do representante da Contag, na reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, ressaltando que agora os trabalhadores se sentiam em condições de participar também das decisões, e não que elas fossem só uma tarefa isolada das classes dirigentes. Tem sido assim esse conselho que nós criamos em relação ao Ibope, tem sido assim em todos os órgãos deliberativos, tem sido assim nas comissões sobre o debate do problema habitacional, cujo relatório final recebemos ontem. Essa é uma orientação geral. E assim é possível que se tenha, cada vez mais, uma unidade de todos nós brasileiros para encontrar as soluções de que o País necessita. E também para que todos nós tenhamos a consciência de que o ato de decidir não deve ser uma atitude elitária, mas uma atitude solidária. O progresso começa dentro de cada um de nós. O governo, sendo uma expressão da confiança do povo, o povo tem a certeza de que pode participar das decisões. Ele é ouvido, ele é uma peça importante, ele também se sente responsável pelos resultados que tenhamos que obter.

O País, com este tamanho, com a dimensão extraordinária que temos, não tem, até hoje, não só uma política agrícola, mas também uma política de abastecimento. Nós não temos estoques estratégicos como alguns países têm.

É inconcebível que se possa ter um país com a população que nós temos, com a importância do Brasil, que fique à mercê, cada ano, da safra que tem que colher sem ter certeza de que essa safra pode atender às necessidades do país. Ora, o Brasil, com essa extensão territorial — vamos repetir —, ele sempre terá uma região onde há seca, outra onde há enchente e nós não vamos fugir de ficarmos presos à natureza. Mas o que ocorre é que há muitos e muitos anos nós comemos a safra que colhemos. Quando a safra é boa, aumenta a oferta de alimentos, mas sempre com essa limitação. Nós não temos estoques reguladores estratégicos como todo o país do mundo tem que ter. O Brasil não teve, não tem. É uma imprevidência. É inconcebível que isso ocorra. Então, quando temos um problema como este da seca que ocorreu no Centro-Sul, com uma queda da ordem de talvez 10

milhões de toneladas de grãos, ou um pouco mais do que isto, nas estatísticas que nos fora oferecidas, isso significa que o país fica à mercê da escassez por falta de estoques internos que ele deveria ter para regular a oferta de alimentos para o país como um todo.

Por outro lado, há 10 anos a nossa produção de alimentos é a mesma. Estamos nessa faixa de cerca de 50 milhões de toneladas de grãos, com o agravante de que nestes 10 anos a população do país aumentou, e no momento em que o governo, com uma política que é a política que tem que fazer, aumenta o salário real das classes trabalhadoras, as classes trabalhadoras ganhando um pouco mais, elas têm que comprar aquilo de que mais necessitam, que é a parte de alimentação. E a oferta de alimentos se mantém nesse mesmo nível estável, que agrava mais o problema em face das dificuldades climáticas, como ocorreu neste instante.

Então, a nossa proposta é que, a curto prazo, não poderemos fugir a uma política de formar estoques estratégicos para regular o abastecimento, bem como também controlar os preços no nível interno. Isto nós vamos fazer, estamos importando, e vamos ter dentro do país estoques dessa natureza para atender a esses fatos.

Em segundo lugar, a médio prazo, conseguir ampliar a produção agrícola do País. E a longo prazo, consolidar essa produção de modo que o Brasil possa ser aquilo que sempre foi, ao longo da nossa história, uma potência agrícola, grandes potencialidades, num país agrícola, mas na realidade um país que fica patinando dentro dos seus problemas agrários sem solução para eles. Ai nós vamos ter que entrar com o grande programa de irrigação, solução que países de extensão grande territorial têm encontrado. Foi a solução que a China encontrou para dar comida a um bilhão e 130 milhões de habitantes, e hoje exporta arroz. Nós estamos comprando arroz da China. E ela isso conseguiu com quê? Com política de irrigação pela qual ela hoje já tem mais de 60 milhões de hectares irrigados. É a política que está seguindo ainda, da mesma maneira, hoje, com 43 milhões de hectares irrigados. O Paquistão, com 17. Já o Brasil, ao longo de toda a sua história, tem um milhão e 200 mil hectares irrigados, dos quais cerca de 600 mil no Rio Grande do Sul. E nós naquela política predatória de cada vez mais ampliar a área de agricultura achando que só com a extensão da área resolveremos o problema agrícola do País.

Então, já lançamos o programa de um milhão de hectares irrigados no Nordeste. Há possibilidade, com a sugestão que me foi deixada aqui no Gabinete pelo senhor ministro Simon, de estendermos o programa ao Centro-Sul. Vamos iniciar a era da irrigação no Brasil. Essa é a solução para a produtividade e para aumentarmos a produção agrícola.

E, por outro lado, o grande Programa da Reforma Agrária. Eu, aí, devo dizer que essa foi uma decisão pessoal, minha, desde os primeiros dias de governo. Eu cheguei ao ministro Nelson Ribeiro, quando ele era de um ministério... A memória da Nação, é preciso que a gente sempre possa repetir — porque às vezes nós temos uma facilidade, pela própria dinâmica dos fatos, de esquecer —, nós tínhamos um Ministério de Assuntos Fundiários para resolver problemas localizados. A reforma agrária era um tema muito difuso, tratado em campanha sem realmente um plano que fosse para se executar uma reforma agrária. No primeiro despacho que tive com ele, eu lhe disse que devíamos transformar o Ministério de Assuntos Fundiários no Ministério da Reforma Agrária. E aí o presidente teve a decisão corajosa, posso-lhes dizer isso, de colocar o Programa da Reforma Agrária, que até então, no Brasil, era uma palavra que todo o mundo procurava evitar. E colocou o nome do ministério: Ministério da Reforma e Desenvolvi-

mento Agrário. Era uma decisão política com a qual queríamos enfrentar o problema.

A partir desse instante, iniciamos a formulação do projeto da reforma agrária, que hoje já é um plano consolidado de cada Estado, já está aí para aprovação, com áreas definidas e que nós vamos implantar, e com o qual o governo não teve nenhuma vacilação, em nenhum instante. A reforma agrária no Brasil é o programa mais ambicioso que já se pôde ter concebido no que diz respeito à busca da reformulação de uma estrutura fundiária. Para isso, naturalmente, precisa-se de uma vontade política, um respaldo político que a Nação deve ter para ajudar um programa dessa natureza.

Fico muito satisfeito quando aqui nos reunimos, podemos discutir esses problemas como estamos discutindo aqui, conversando com pessoas do povo, que estão fazendo reflexões conjuntas com o governo com essa sinceridade, com essa transparência que o governo deseja ter.

Há pouco estávamos ali, reunidos com também líderes comunitários, discutindo nossos programas sociais, que é a decisão do governo. Ontem, tivemos aqui também uma grande reunião no Palácio, assinamos 219 convênios, com programas destinados à ação comunitária. Porque eu acredito que essa é a grande solução. É a solução que vai realmente transformar o Brasil. A transformação do Brasil, a mudança do Brasil não pode ser feita, nem através de decretos, nem através de exposições de motivos que o presidente possa assinar. Se fosse um ato a ser publicado no Diário Oficial era muito fácil, e nada havia mais fácil que se fazer. Mas não. A mudança do Brasil tem que ser feita justamente com a mudança da nossa mentalidade. Esta não pode ser uma sociedade na qual exista uma parte elitista que participe de decisões e que se julgue iluminada e uma parte que só faça receber.

Não, a ação comunitária é realmente onde se pratica, se exerce, se vive a democracia. Porque é através dela que se pode dividir responsabilidades da participação do povo e de todos nós.

Será esse um programa para este ano. É uma meta ambiciosa. Mas nós estamos certos de que isto vai poder ocorrer. Chegaremos a 40 mil projetos comunitários, pequenos projetos comunitários que não dão placas, não dão Ibope, mas na realidade atingem a própria comunidade. E estamos verificando a potencialidade da comunidade do País. A potencialidade do povo brasileiro. As solicitações que chegam aqui, do desejo de participação de programas comunitários são uma coisa extraordinária. Eu acho que não é fácil encontrar no mundo um povo como o nosso, em que viva esse desejo de participação, de colaboração, sem nenhuma carta passional, mas no desejo realmente de se procurar fazer alguma coisa em torno de todos nós. Como o progresso começa dentro de cada um, eu recebo muito bem a visita dos senhores para, como presidente, dividirmos as responsabilidades de começarmos uma nova visão de progresso e uma nova mentalidade dentro do País, na solução dos seus problemas.

Eu quero aqui também expressar o meu reconhecimento, reconhecimento do governo, aos senhores diligentes da Cobal, que estão tratando deste assunto tão delicado e tão complexo, e também ao senhor ministro da Agricultura, o nosso senador Pedro Simon, um grande talento político de administrador, que tem ajudado muito o governo neste período de implantação em que nós tivemos que atravessar tantas dificuldades, período em que ele foi um braço forte, uma mão amiga que sempre esteve, ao longo desse tempo todo, comungando conosco nessas dificuldades e nos ajudando a encontrar caminhos. Ele fez um grande trabalho no Ministério da Agricultura, e este é um momento em que, com os senhores, nesse setor, registramos esse reconhecimento".